

UE-MERCOSUL / Depois de mais de 25 anos de negociações, dois blocos viram a página para a ratificação em seus respectivos parlamentos para a liberalização gradual das tarifas

Acordo comercial, enfim, formalizado

» WAL LIMA

Depois de mais de 25 anos de negociações, o acordo de livre-comércio entre o Mercosul e a União Europeia (UE) foi assinado, ontem, em Assunção, no Paraguai. A formalização marcou o desfecho de um dos mais longos processos diplomáticos da história recente do comércio internacional e abriu uma nova etapa nas relações entre os dois blocos, que reúnem 720 milhões de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 22 trilhões.

A partir de agora, cada Parlamento dos países-membros precisará ratificar o pacto para que a liberalização das tarifas comerciais ocorra gradualmente conforme o previsto.

Representando o Brasil, o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, participou da cerimônia ao lado de líderes do Mercosul e de autoridades europeias. Segundo o Itamaraty, a assinatura consolidou um esforço diplomático comandado pelo governo brasileiro nos últimos dois anos para destravar resistências internas na UE e viabilizar o consenso político necessário.

"Este acordo é resultado de um trabalho intenso de diálogo e reconstrução de confiança. O Brasil atuou de forma decisiva para aproximar posições e demonstrar que o Mercosul é um parceiro confiável, comprometido com regras, sustentabilidade e integração produtiva", afirmou Mauro Vieira.

O chanceler ressaltou que o tratado não se limitou à redução tarifária. "Estamos falando de um acordo moderno, que envolve comércio, investimentos, compras governamentais, facilitação de comércio e cooperação regulatória. Ele amplia oportunidades e fortalece a presença internacional do Brasil", disse.

A solenidade ocorreu no Palácio López e contou com a presença do presidente do Paraguai, Santiago Peña, anfitrião do encontro; do presidente da Argentina, Javier Milei; do presidente do Uruguai, Yannandú Orsi; do presidente da Bolívia, Rodrigo Paz; e do presidente do Panamá, José Raúl Múñoz. Pela União Europeia, participaram a presidente da Comissão Europeia, Ursula von der Leyen, e o presidente do Conselho Europeu, António Costa.

Em discurso, Santiago Peña destacou o simbolismo da assinatura em território paraguaio e elogiou o papel do Brasil nas negociações. "O acordo representa uma mensagem clara de que a integração regional é um caminho sem volta. O Mercosul demonstra maturidade institucional e capacidade de dialogar com o mundo", afirmou o presidente paraguaio.

Ursula von der Leyen classificou a assinatura como um marco histórico. "Este é um acordo que une duas regiões comprometidas com o multilateralismo, com regras claras e com a previsibilidade necessária para investidores e trabalhadores. Ele cria oportunidades dos dois lados do Atlântico", declarou.

Ausência

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não participou da cerimônia em Assunção, sendo o único chefe de Estado do bloco sul-americano ausente, mas, praticamente todos os líderes presentes em Assunção elogiaram o esforço de Lula ao longo de toda a negociação.

Na véspera da assinatura, o chefe do Executivo recebeu Ursula von der Leyen no Rio de Janeiro para um encontro reservado.

Ganhos estratégicos para o Brasil

A entrada em vigor do acordo comercial entre Mercosul e União Europeia tende a redefinir o peso estratégico do Brasil no comércio internacional em um momento de forte pressão externa sobre o agronegócio. O pacto cria uma das maiores zonas de livre-comércio do mundo e ganha relevância adicional após a queda expressiva das exportações brasileiras para os Estados Unidos em 2025, reflexo do tarifaço imposto pelo presidente norte-americano, Donald Trump.

A abertura gradual de mercados entre dois blocos que concentram cerca de 720 milhões de consumidores e um Produto Interno Bruto (PIB) de US\$ 22



Ministro Mauro Vieira assina o acordo bilateral representando o presidente Lula na cerimônia em que todos os presidentes dos países-membros do Mercosul estavam presentes

Principais medidas do tratado

Criação de uma das maiores áreas de livre-comércio do mundo

Integração econômica entre blocos que reúnem cerca de 720 milhões de consumidores e PIB combinado superior a US\$ 22 trilhões, ampliando escala e previsibilidade para fluxos comerciais e investimentos.

Ampliação imediata do acesso ao mercado europeu

Mais de 54% dos produtos negociados terão tarifa zerada na União Europeia logo no início da vigência, beneficiando especialmente exportações industriais e do agronegócio brasileiro.

Redução gradual e assimétrica

de tarifas no Brasil

O Brasil terá prazos de 10 a 15 anos para eliminar tarifas de cerca de 44% dos produtos importados da UE, garantindo um período de adaptação mais longo à indústria nacional.

Aumento da cobertura de acordos comerciais do Brasil

A participação do Brasil em acordos preferenciais sobe de 8% para 36% das importações mundiais de bens, reposicionando o país no comércio global.

Desoneração da maior parte das exportações brasileiras

Cerca de 82,7% das exportações do

Brasil para a União Europeia passarão a entrar no bloco sem imposto de importação desde o início da vigência.

Integração de cadeias produtivas e estímulo a investimentos

O acordo cria condições para maior integração industrial, atração de investimento direto estrangeiro e inserção do Brasil em cadeias globais de valor.

Elevação da pressão por competitividade e produtividade

A maior concorrência com produtos europeus exige ganhos de eficiência, modernização tecnológica e redução do custo estrutural de produzir no Brasil.

Oportunidades

O vice-presidente da República e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, também exaltou a assinatura do pacto. "Este tratado consolida o maior acordo entre blocos comerciais do mundo e amplia de forma significativa as oportunidades para o Brasil", afirmou.

Segundo Alckmin, o acordo reforça a estratégia de inserção internacional do país. "Ao concluir esse acordo, o Brasil reafirma sua estratégia de abrir mercados, fortalecer o multilateralismo e transformar resultados comerciais em crescimento econômico, emprego e investimento", disse.

O ministério de Alckmin agiu rapidamente e lançou o Painel de Oportunidades Mercosul-União Europeia. A ferramenta digital vai funcionar como um guia de inteligência comercial, mapeando demandas específicas do mercado europeu e cruzando-as com a capacidade produtiva das empresas brasileiras. A funcionalidade principal do painel será em desburocratizar o caminho do exportador, identificando nichos onde o Brasil possui vantagem comparativa.

Em entrevista recente ao programa *Bom dia, ministro*, da Empresa Brasileira de Comunicação (EBC), Alckmin afirmou que espera uma ratificação rápida do acordo pelo Congresso Nacional e que ele entre vigor no Brasil no segundo semestre deste ano.

A reunião, descrita por auxiliares como "estratégica", teve caráter bilateral e simbólico.

Segundo informações do Palácio do Planalto, o presidente optou por priorizar uma agenda "solo" com a chefe da Comissão Europeia, considerando que a imagem dos dois teria maior peso político do que a participação na cerimônia coletiva. A avaliação interna foi de que o protagonismo brasileiro nas negociações já estava consolidado e deveria ser capitalizado politicamente pelo presidente.

Durante o encontro, Lula afirmou que o acordo superou décadas de impasses e

que, ao determinar a retomada das negociações, "deixou claro que esse processo precisava ser compatível com os objetivos de crescimento econômico e reindustrialização do Brasil". Lula também defendeu o caráter geopolítico do tratado. "Este acordo é bom para o mundo democrático e para o multilateralismo. Ele vai além da dimensão econômica", afirmou.

Em análise, o especialista em direito internacional Celso Figueiredo, doutor pela Universidade de São Paulo (USP), avaliou que a assinatura em janeiro refletiu um rearranjo político após frustrações anteriores do governo

brasileiro. "O presidente Lula falou diretamente com a primeira-ministra da Itália, Giorgia Meloni, tentando viabilizar o acordo. Não conseguiu convencer o presidente francês, Emmanuel Macron, que segue pressionado pelos agricultores franceses", disse.

Para Figueiredo, a decisão de enviar Mauro Vieira ao Paraguai e preservar Lula em uma agenda própria foi estratégica. "O movimento teve um claro componente político. A ideia foi manter o protagonismo do Brasil e garantir uma imagem mais forte do presidente, especialmente em um contexto eleitoral."

No entanto, será majoritariamente gradual: o Mercosul eliminará tarifas sobre 91% dos bens europeus em até 15 anos, enquanto a União Europeia fará o mesmo para 95% dos bens do bloco em até 12 anos.

Tensões políticas

As carnes concentram os maiores ganhos e também as maiores tensões políticas. A carne bovina terá uma cota de 99 mil toneladas com tarifa reduzida de 7,5% e eliminação imediata da tarifa da Cota Hilton, voltada a cortes de alta qualidade. A carne de aves contará com cota de 180 mil toneladas com tarifa zero, enquanto a suína terá cota de 25 mil toneladas. Em 2025, as exportações brasileiras de carne bovina para a UE somaram US\$ 820,1 milhões nos 11

primeiros meses, alta de 83,2% em relação a 2024, dado que ajuda a explicar a oposição de países como a França, onde produtores temem perdas de competitividade.

Outros produtos estratégicos também ganham espaço. O arroz terá cota de 60 mil toneladas com tarifa zero, beneficiando especialmente o Rio Grande do Sul. Milho e sorgo contarão com cota conjunta de até 1 milhão de toneladas livres de impostos. Açúcar (180 mil toneladas), etanol (450 mil toneladas para uso industrial sem tarifa, além de volumes adicionais com alíquota reduzida) e mel (45 mil toneladas) também figuram entre os beneficiados. Café, soja e fumo mantêm protagonismo na pauta. A União Europeia segue como o segundo principal destino do agro-negócio brasileiro, com importações de US\$ 25,21 bilhões em 2025. (WL)